

UM OLHAR SOBRE A CIDADE MÉDIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Bruno Ramos de Abreu¹

Graduando em Geografia/UESB

E-mail: brunora501@live.com

RESUMO: O espaço urbano, atualmente, deve ser analisado sob a luz da reprodução da sociedade e da reprodução do capital. Com relação ao espaço urbano enquanto produto, o presente trabalho busca compreender Vitória da Conquista, localizada no estado da Bahia, como sendo uma cidade média. Nesse sentido, para tal entendimento, busca-se tal constatação, através da correlação de aspectos internos e externos da cidade. A metodologia, dessa pesquisa baseia-se em uma linha teórica coerente, servindo de suporte para uma pesquisa empírica que contemple os objetivos traçados. O artigo estrutura-se em duas partes. A primeira discute, em meio ao processo de urbanização do Brasil, como as cidades médias se destacam em escala nacional, associadas à interferência governamental, através do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND). Na segunda parte do trabalho, busca-se entender os elementos de conceituação de cidade média propostos por diversos pesquisadores, que se articulam ao caso de Vitória da Conquista e a conceituam de tal forma.

Palavras-chave: Cidades Médias, Centro regional, II PND.

INTRODUÇÃO

O modo preponderante que o capitalismo incidiu nas cidades brasileiras, modificando suas relações tempo-espaço, conseqüentemente, sua estrutura urbana, a partir do início do século XX, em função de uma nova conjuntura política, econômica e social que se instaurava, demonstra o processo de intensificação da urbanização, tendo como maior expressão, justamente o fortalecimento do papel das cidades no território brasileiro.

Na atualidade, as cidades médias adquiriram novos papéis na rede urbana brasileira, especialmente pela sua função de centro regional. Entretanto, tal característica não é determinante para fazer de uma cidade, média, sendo necessária a análise de outros elementos, tanto no que concerne aos elementos internos do espaço urbano em análise, quanto dos aspectos externos à cidade, fatores esses, que fazem com que as cidades médias, sejam por si só mecanismos que redefinem a centralidade do território brasileiro.

¹ Membro do Grupo de Pesquisa: Urbanização e produção de cidades na Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

Todas as características fazem com que cada cidade média possua peculiaridades, sendo única. Como afirma Corrêa (2007) é preciso levar em consideração que o processo de urbanização em contextos econômicos, políticos, e sociais se dá de forma heterogênea em um mundo desigualmente fragmentado e articulado.

CIDADES MÉDIAS: A INFLUÊNCIA DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (II PND)

Com a intensificação do processo de urbanização brasileira, a partir do século XX, fez com que a dinâmica territorial brasileira se transformasse intensamente, tanto do ponto de vista econômico, político, quanto no modo como tal processo reflete na vida em sociedade. A aceleração da urbanização, primeiro, nas metrópoles, favoreceu a instalação de atividades econômicas, principalmente indústrias, tendo como espaço principal de expressão a região Sudeste, principalmente o Estado de São Paulo. Importante notar que a partir da década de 1940, compartilhando da visão de Santos (1993), a industrialização se torna um “processo social complexo”, haja vista a formação e integração de mercados consumidores, característica do avanço do processo de urbanização existente no país.

Concomitantemente, ocorreu a atração do fluxo migratório de pessoas para essas cidades, buscando melhores condições de vida. Entretanto, como salienta J. Santos (2008), essa nova realidade incorreu em problemas devido a concentração das várias atividades econômicas nas metrópoles, fazendo com que questionamentos sobre os índices de qualidade de vida nessas cidades fossem levantados. Nesse contexto, as cidades médias ganham relevo, se apresentando como um espaço urbano próspero, no sentido de não apresentar tantos problemas como as metrópoles.

Dessa forma, pode-se observar que as cidades médias se configuram em importantes mecanismos que redefinem, em escala macro, a centralidade territorial do país, uma vez que passam a apresentar transformações, tanto no que concerne à sua população, quanto às atividades econômicas.

Assim, as cidades médias vão se reproduzindo, a cada dia que passa mais complexas e dinâmicas, pois, como afirma Soares e Bessa, “elas disponibilizam

serviços e comércio, possuem forte aparato industrial, além da forte produção agrícola” (SOARES, BESSA, 2000 apud FRANÇA, 2007, p. 54)

Para análise de Vitória da Conquista como uma cidade média sente-se a necessidade de compreender o período histórico que o Brasil passava, principalmente, no advir da década de 1970. Para tal, deve-se salientar que, a partir da metade do século XX, as cidades brasileiras passam por profundas modificações em sua urbanização, fazendo com que, sobretudo, as metrópoles transformassem suas dinâmicas.

Com a configuração territorial do Brasil mais fluida, formando-se, especialmente, os mercados consumidores, a rede urbana brasileira modificou-se, haja vista a descentralização das atividades econômicas, sobretudo, industriais, do Sudeste do Brasil. Ora, a acelerada urbanização do Brasil, num primeiro momento, privilegiou a região dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santos e Minas Gerais, sendo o pólo nacional industrial o Estado de São Paulo. A expansão industrial, como afirma França (2007), trouxe consequências sérias às metrópoles, paulista, carioca e mineira, haja vista a grande concentração populacional nessas cidades. Com isso, tais espaços urbanos começam a se degradar.

Essas transformações na estruturação dos espaços e nas dinâmicas urbanas que se intensificam, no Brasil, a partir da metade do século XX, devem ser associadas, sobretudo, à nova conjuntura política, econômica e social que se instaurava no país nesse período. A década de 1970 se destaca por ser um marco, no sentido de que o governo federal, por meio de políticas públicas que tinham por objetivo reordenar o território do Brasil, incentiva a criação de novos pólos de desenvolvimento em outras áreas do país, visando descentralizar as atividades econômicas do Sudeste brasileiro e, conseqüentemente, desinchar as cidades, fazendo com que a população procure se instalar nesses pólos, que consistiam em algumas cidades médias. (PEREIRA e SOARES 2003, FRANÇA 2007, J. SANTOS 2008).

Nessa perspectiva, destaca-se, segundo Pereira e Soares (2003), o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND). Esse programa governamental fazia parte, segundo Steinberger e Bruna (2001), de interesses mais abrangentes do governo, que se traduziam em criar as condições para uma ocupação e integração maior do espaço brasileiro, como bem afirma Matos (1998),

Nos anos 70, porém, os formuladores da política econômica reconheciam explicitamente que a concentração regional do desenvolvimento econômico era uma questão a ser equacionada. O II PND, no governo Geisel (1974-1979), promoveu investimentos em diversas regiões do país, procurando cumprir um de seus objetivos, que era o de atenuar a desigualdade regional de desenvolvimento econômico, promovendo a definitiva "integração nacional". Na década de 70, o desenvolvimento econômico das regiões periféricas foi favorecido, entre outros fatores, pela expansão da fronteira agrícola, pelo desenvolvimento acelerado dos setores de transportes e de comunicações e pela presença, nestas regiões, de recursos naturais abundantes - fato especialmente importante por atender a outro dos principais objetivos do II PND, qual seja, o de promover o crescimento do setor de bens intermediários, visando à consolidação da integração da estrutura industrial brasileira. (MATTOS, 1998, p. 16 apud FRANÇA, 2007, p. 43)

Fazendo parte de uma nova conjuntura econômica e política do Brasil, na chamada era desenvolvimentista, mais precisamente, no contexto do Milagre Econômico, período em que o país detinha de um crescimento econômico elevado, o II PND, como salienta Steinberger e Bruna (2001), tinha por objetivo fortalecer o papel das cidades médias no Brasil em função de ações tanto no plano interurbano, quanto no intraurbano. O primeiro se dá no sentido de fazer com que suas atividades econômicas se expandam, criando áreas de influência, a fim de frear o fluxo migratório que se dirige para as metrópoles. Isso quer dizer que as cidades médias, fortalecidas pelos incentivos governamentais, devem funcionar como centros regionais, com vistas a atrair tanto a população que se dirige para as regiões metropolitanas, quanto o contingente de pessoas que deixam de se estabelecerem nessas regiões. Com relação à segunda escala, o II PND se mostra, teoricamente, a atuar, principalmente, nas áreas mais desassistidas dessas cidades, ou seja, nas áreas de baixo poder aquisitivo, visando, e isso só fica no plano teórico, fazer com que, por meio de assistências técnicas prestadas junto às prefeituras, criasse condições de fazer com que a renda fosse mais bem distribuída, até porque as cidades tenderiam a se expandir espacialmente e demograficamente.

Diante do exposto, depreende-se que o II PND foi elaborado tendo em vista, compartilhando das ideias de Steinberger e Bruna (2001), questões primordiais: a intensificação do processo de urbanização a partir dos anos 1970, no qual as cidades passam a assumir o controle econômico da sociedade, chamando a atenção para o fato de o contingente populacional se instalar com muito mais expressividade nas áreas

urbanas; o desequilíbrio do sistema urbano, com a metropolização² evidenciada, e a pulverização das pequenas cidades, atrelado ao fato de não haver cidades médias que mantenham o equilíbrio da rede urbana brasileira, isto é, espaços urbanos mais dinâmicos que assumam a posição, tanto de intermediários nas ligações entre as pequenas cidades e as metrópoles, quanto no sentido de funcionarem como centro de atração do contingente populacional; por fim, a condição das cidades como local da concentração da riqueza, que ao mesmo tempo, os problemas urbanos emergem, assumindo proporções enormes.

Nessa direção, Steinberger e Bruna (2001), adverte que as estratégias regionais contemplaram várias cidades em todas as regiões brasileiras,

[...] no Nordeste a prioridade era o crescimento das atividades produtivas e a melhoria da infra-estrutura e dos equipamentos sociais nas capitais dos estados e nos pólos secundários regionais, além da dinamização dos núcleos urbanos regionais que exercessem ou viessem a exercer funções de polarização do desenvolvimento regional. (STEINBERGER e BRUNA, 20001, p.44)

Assim, pode-se contextualizar Vitória da Conquista que, com o adentrar para a década de 1970, passa por profundas transformações. Fato esse que está intimamente relacionado às políticas governamentais, especialmente ao II PND, pois observa-se que a cidade é produzida segundo duas lógicas, interna e externa.

Internamente, a cidade média em questão se produz especialmente na articulação entre o capital imobiliário e o capital comercial, pois se verifica a expansão da cidade, no sentido de se espriar, o que faz com que a relação estabelecida entre centro e periferia adquira maior complexidade, haja vista o maior dinamismo que a cidade detém, justamente por influência de outro mecanismo capitalista, o capital comercial, intensificando-se no espaço urbano conquistense, justamente pela articulação com o setor imobiliário, que ao mesmo tempo em que faz a cidade se espriar, acaba por criar novas áreas dinâmicas economicamente, como os sub-centros, novos equipamentos urbanos com função de centros de consumo, como por exemplo, os hipermercados e o Shopping Center. No que concerne à cidade produzida segundo lógicas externas, depreende-se, principalmente, à ação governamental de fazer com que Vitória da Conquista se transforme em um centro regional, capaz de atrair contingentes

² Ver SANTOS (2003)

populacionais advindos, especialmente, das metrópoles, ajudando a frear o crescimento demográfico nessas cidades. Concomitantemente a esse fato, ocorre a atratividade de atividades econômicas, destacando-se o setor de comércio e serviços, como forma de descentralizar as atividades econômicas, como é o caso de várias cidades nordestinas ditas médias, conforme aponta França (2007) em um quadro das cidades beneficiadas pelo PNCCPM (Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio) um dos subprogramas do II PND, tendo como base informações obtidas junto a Holanda (2000), destacando-se Petrolina, Juazeiro, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Maceió, Aracaju, João Pessoa, Campina Grande, Natal, Crato-Juazeiro do Norte, Teresina e Imperatriz.

A CIDADE MÉDIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Entender a conceituação de cidade média constitui um exercício de análise de variáveis importantes, advertindo que para cada cidade, seja ela, pequena, média ou grande, tal conceito é fruto do pensamento do pesquisador, haja vista a complexidade e dinâmica, particulares, de cada espaço urbano, ou seja, cada cidade é única na rede urbana.

As cidades médias vêm sendo objeto de discussão através de pesquisas de vários profissionais, especialmente, da Geografia, com o objetivo de muito mais do que classificar a cidade enquanto média, entendê-la enquanto tal, analisando sua dinâmicas, intraurbana e interurbana, incorrendo em estudar suas peculiaridades e suas relações com a rede urbana nas diversas escalas, sendo por si só um mecanismo que contribui para a mudança na divisão territorial do trabalho. Destacam-se os trabalhos de Sposito (2007), J. Santos (2008), Steinberger e Bruna (2001), França (2007), Pereira e Soares (2003) e tantos outros, além das discussões arroladas no Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de cidades na Bahia.

Para início de discussão, é imprescindível saber que o tamanho demográfico, ou seja, a quantidade de habitantes de uma cidade, por si só, não a definem como média, tendo em mente a importância de outros fatores, mas se configura num instrumento para tal conceituação, haja vista a articulação desse fator com a dinâmica cidadina. Entendendo, como salienta J. Santos (2008), que o tamanho demográfico deve ser

relativizado no tempo e no espaço, pois a relevância desse instrumento deve ser conferida analisando-se a rede urbana em suas diversas escalas, relacionada ao período histórico pretendido, haja vista que o processo de urbanização, como já foi visto não se dá de maneira equitativa, homogênea em todos os espaços e tempos. Compartilhando das idéias de Sposito (2007), é importante deixar claro para o leitor a distinção entre cidade média e cidade de porte médio, haja vista a forma equivocada que pode ser a interpretação. Quando se fala em cidade de porte médio, deixa-se claro a relação com o tamanho demográfico, ou seja, tal definição deve sempre ser relacionada como a quantidade de habitantes da cidade, sendo que a definição de cidade média é mais ampla, contemplando outros fatores, sendo visto mais abaixo no texto.

Para se ter uma ideia, segundo J. Santos (2008), algumas pesquisas, nos anos 1970, indicavam que as cidades de porte médio possuíam entre 50 e 250 mil habitantes. Para o período atual, compartilhamos da noção estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2010, no qual estabelece que o tamanho demográfico de uma cidade média na Bahia, que na verdade é entendida como de porte médio, deve estar compreendido, entre 100 e 500 mil habitantes, o que confere, no ano de 2000 a 10 espaços urbanos. Tal consideração refere-se à população residente no apenas no Distrito-sede Tabela 01.

Tabela 01
Bahia - Cidades com 100.000 a 500.000 habitantes
População da cidade e municipal, 2000/2010

Municípios	Dados populacionais		
	2000		2010
	Cidade ¹	Municipal	Municipal ²
Feira de Santana	419.816	480.949	542.476
Vitória da Conquista	215.182	262.494	295.277
Itabuna	191.184	196.675	202.359
Ilhéus	154.624	222.127	176.917
Jequié	126.906	147.202	151.820
Juazeiro	125.286	174.567	194.327
Alagoinhas	110.751	130.095	136.473
Camaçari	114.633	161.727	225.510
Lauro de Freitas	108.595	113.543	154.245
Barreiras	100.085	131.849	130.620

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000) e Censo demográfico (2010); J. SANTOS (2010)

Notas: 1 - Dados da população urbana do Distrito-sede

2 - Primeiros resultados do Censo Demográfico (2010)

Não compreende-se apenas o aspecto demográfico como sendo o fator que determina uma cidade média. Tendo como base as ideias de J. Santos (2008) percebe-se que dentre essas, “Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho não devem ser consideradas como cidades médias, porque estão localizadas na Região Metropolitana e sofrem influência de Salvador, uma metrópole regional que polariza as cidades circunvizinhas” (SANTOS, J., 2008)

Na escala local, Vitória da Conquista, utilizando-se do padrão demográfico deve ser considerada uma cidade de porte médio, haja vista sua população, no ano de 2000, segundo dados do IBGE (2010)³, na ordem de 215.182 habitantes, apresentando segundo o primeiro resultado do Censo Demográfico de 2010, quase 300.000 habitantes.

Entretanto, o padrão demográfico se torna insuficiente como instrumento de classificação e análise de uma cidade média, sendo outras ferramentas fundamentais. J. Santos (2008) salienta “a importância da situação, o raio de ação, e o nível de especialização dos serviços e atividades produtivas” (SANTOS, J., 2008). Além disso, deve-se ter em mente a capacidade das cidades consideradas médias em se articular aos centros maiores, sem depender delas, atinando-se para uma autonomia maior da cidade.

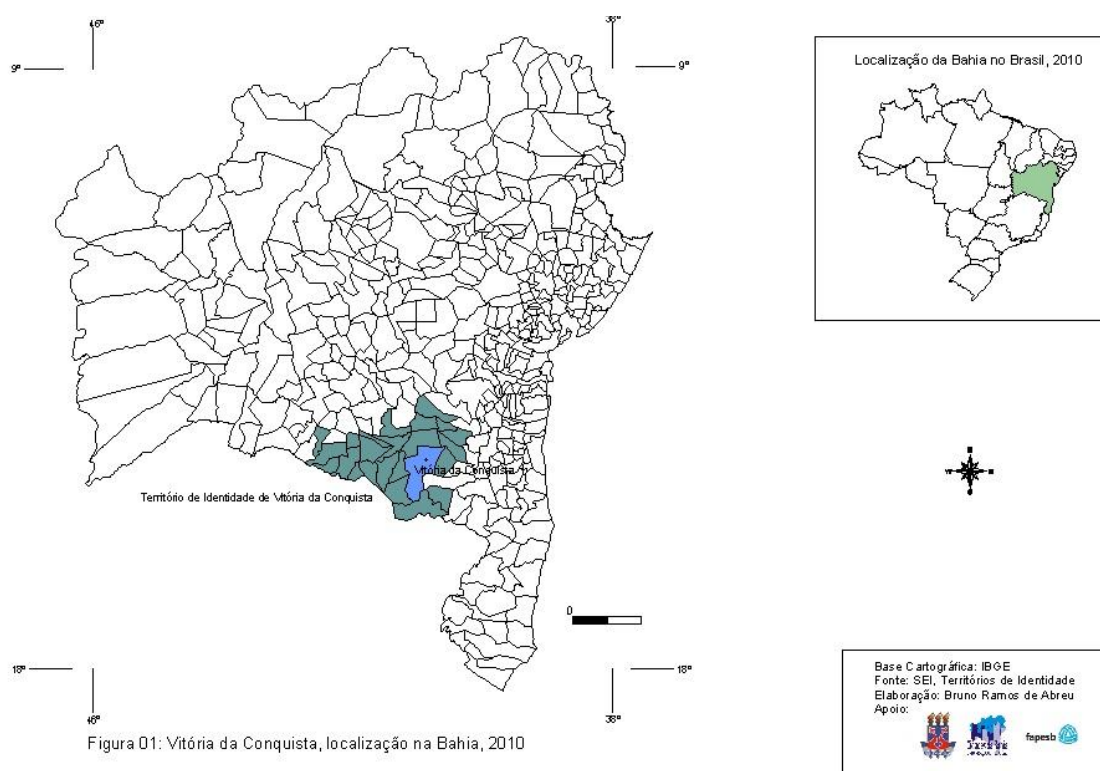
A importância da situação refere-se à localização espacial da cidade média, pois, para sua consolidação na rede urbana regional, é imprescindível não se encontrar isolada em determinada região, o que acarretará em perda de autonomia, conseqüentemente, de sua manutenção como tal. O raio de ação se configura na área de influência que possui determinada cidade média, constituindo na abrangência territorial que seus “tentáculos” alcançam, em virtude de sua posição, de suas atividades econômicas etc. Diante do exposto, e atrelado a isso, o grau de especialização dos serviços e atividades produtivas constitui num importante elemento de análise, pois, devido a tal nível mencionado, a cidade tem a capacidade de atração de contingente populacional, de dotação de infraestrutura, da instalação de equipamentos urbanos, formando uma complexa rede de consumo, entre outros fatores.

A cidade média ocupa uma posição intermediária entre o pequeno núcleo urbano e as cidades grandes e metrópoles, sendo considerada um elo nas relações estabelecidas. Contudo, elas não dependem do nível hierárquico superior urbano, o que pressupõe uma

³Acesso em 15/10/2010. Disponível em www.ibge.gov.br

gama de atividades econômicas capazes de suprir às demandas, intraurbana e regionais, haja vista sua capacidade de polarizar várias cidades, sejam elas circunvizinhas ou não. A função de centro regional se constitui num instrumento de análise e conceituação de cidades médias dos mais utilizados pelos que se destinam a estudar tais espaços urbanos, incluindo os geógrafos, sendo imprescindível, mas sempre tendo em mente que outros fatores devem também ser levantados.

Nesse âmbito, pode-se verificar que Vitória da Conquista, cidade situada no interior do estado da Bahia, mais precisamente ao sul da Chapada Diamantina, a oeste do Litoral Sul e a sudoeste da capital Salvador, localizada no Território de Identidade homônimo⁴, se configura num espaço urbano que passou por profundas modificações em seu processo de urbanização, que somado a interesses diversos, fizeram com que a cidade, atualmente, se constitua como uma cidade média. Figura 01.



⁴ Nova divisão regional elaborada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, SEI, 2007

Com uma área territorial que abrange 3.204 KM², conformes dados obtidos junto à prefeitura municipal⁵, a cidade de Vitória da Conquista situa-se no Planalto da Conquista, apresentando altitudes que variam de 857 a 950 metros, situando-se como/na faixa de transição de dois importantes biomas, a leste limita-se com a mata atlântica e a oeste faz fronteira com a caatinga.

Para conceituar e classificar Vitória da Conquista como cidade média, alguns fatores para além do demográfico são necessários à análise.

O intenso processo de urbanização evidenciado, principalmente após a década de 1970, com o “boom” da cafeicultura, atrelado à dinamização do comércio e serviços, devido à intensificação do capital comercial na cidade, especialmente a partir da metade dos anos 1980, que associados às políticas governamentais, sobretudo o II PND, do qual a cidade fez parte, atraindo um fluxo migratório, especificamente a classe média, fizeram com que o espaço urbano conquistense se expandisse espacialmente. Isso favoreceu o domínio do capital imobiliário e comercial, criando novas áreas com características centrais, que dinamizaram a economia citadina. Esse conjunto de fatores associados acabou fazendo com que a cidade em questão se consolidasse, e já vinha demonstrando, a partir do decênio de 1940, como pólo, isto é, como o principal centro regional, acabando por lançar seus “tentáculos” de influência para além de seu Território de Identidade, alcançando também o Território de Itapetinga e o norte do Estado de Minas Gerais. Isso decorre, principalmente, pelo grau de especialização de serviços e atividades produtivas concentradas em seu tecido urbano.

Vitória da Conquista se apresenta como centro regional, mormente, segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal, tendo no setor de comércio e no de serviços como suas principais atividades econômicas. Dessa forma, a relevância de sua situação se dá na capacidade de comandar mais de quarenta municípios com menor diversidade de funções, não estando isolada, mas conectada e interdependente. Interliga-se, assim, a zona de influência da cidade e a oferta de produtos e serviços mais qualificados, o que acentua a divisão social e territorial do trabalho.

Embora não defina a cidade como média, a situação de entroncamento rodoviário deve ser evidenciada, haja vista sua posição de importante elo e articulação para o Estado a que pertence e para o Centro-Sul do país. Tal fato deve-se a presença de

⁵ Disponível em www.pmvc.com.br

rodovias importantes, como a BR 116, que faz a ligação norte/sul do Brasil; da BA 262, que liga essa cidade ao leste e oeste da Bahia; e da BA 415 que dá acesso ao litoral sul do Estado e à BR 101.

Já no que concerne à sua estrutura interna, como afirma Silva (2007), Vitória da Conquista vem sofrendo transformações significativas em seu tecido urbano ao longo das últimas décadas, principalmente, quando se observa a ação do poder público municipal, atendendo às demandas dos incorporadores imobiliários e seus interesses com relação ao parcelamento do solo urbano, principalmente, no que tange à sua valorização.

Diante desse panorama, torna-se necessário discutir os principais setores econômicos que participam com mais intensidade na cidade de Vitória da Conquista, constituindo uma cidade média, o comércio e os serviços, sobretudo, o segundo.

O comércio conquistense sempre deu mostras, desde os primórdios da urbanização de ser um setor expressivo, haja vista a importância de seu Centro Tradicional, ainda concentrar as principais atividades. Entretanto, novos equipamentos comerciais, como o Hiper Bom Preço e o Maxxi Atacado, lojas franqueadas pelo grupo Wal-Mart, o Atacadão, loja do grupo Carrefour, o Shopping Conquista Sul, e mais recentemente, a loja do G. Barbosa, acabam por introduzir na cidade uma nova dinâmica, influenciando as relações capitalistas, tendo em vista a valorização empreendida nas áreas urbanas que tais lojas se instalam, atendendo o propósito do capital imobiliário.

Associados aos processos de urbanização, a expansão urbana citadina, com a consequente formação de novas áreas centrais, mudando a lógica das centralidades, constitui um marco para a expansão das atividades de serviços em Vitória da Conquista, uma vez que, alguns fatores são decisivos para tal. Conforme aponta J. P. Pereira, Meira e J. Santos (2009), isso está ligado em função do crescimento demográfico, da massificação do consumo e da própria reestruturação do capitalismo.

Nesse sentido, o setor de serviços vem se expandindo no espaço urbano em questão nos últimos anos. Para o IBGE (2010), como aponta Almas (2009)⁶, o setor de serviços se encontra fragmentado em outros setores específicos, são eles: alojamento e alimentação, transporte, telecomunicações, informática, saúde e serviços sociais,

⁶ Acessado em 15/10/2010. Disponível em <http://rondinaldo.blogspot.com/>

serviços pessoais e domésticos, serviços financeiros, administração pública, seguros e previdência privada e pesquisa e desenvolvimento.

Nesse sentido, entende-se que dois serviços, além da expressividade do comércio, foram de fundamental importância para a dinâmica conquistense, e para fazer da cidade centro regional, a saúde e a educação.

De fato, segundo estudo realizado por Almas (2009), percebe-se que o setor de saúde apresenta um constante dinamismo. No final da década de 1990, inicia-se a política de municipalização da saúde, sendo reconhecida regionalmente, como um centro de referência na oferta desse produto, haja vista o município possuir, segundo IBGE (2005), conforme aponta Almas, um total de 306 estabelecimentos de serviços de saúde, sendo 223 estabelecimentos públicos e 83 estabelecimentos privados.

Embora a cidade em questão se configure num importante centro de saúde regional, observando as muitas clínicas de cunho particular, a variabilidade dos tipos de atendimento e o grau de especialização, o acesso pela população a esse tipo de serviço não se dá de maneira satisfatória, ou melhor, equânime, tendo em vista, principalmente, o alto preço cobrado pelas consultas e exames dos estabelecimentos particulares, que fica restrito à população mais abastada.

A população de baixa renda se vê subordinada ao atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que com seus diversos problemas, não tem a capacidade de atendimento de toda a demanda, fato que se evidencia num dos principais problemas urbanos.

Outro setor que se apresenta como um dos responsáveis pelo crescimento das atividades econômicas de Vitória da Conquista se configura no segmento educacional, destacando-se o ensino superior, haja vista a expansão das instituições, especialmente, particulares, do gênero.

Destacam-se no espaço urbano conquistense, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pioneira na oferta de ensino superior na cidade. Fundada em 1980, a universidade conta atualmente, com 21 cursos de graduação e 11 de pós-graduação (UESB, 2010)⁷; a Faculdade Juvêncio Terra (FJT)⁸ foi implantada em 1999, sendo a primeira instituição particular de ensino superior, compondo 5 cursos de graduação e 7 de pós-graduação; em 2000, instala-se na cidade a Faculdade de

⁷ Acesso em 17/10/2010. Disponível em www.uesb.br

⁸ Acesso em 17/10/2010. Disponível em www.juvenioterra.edu.br

Tecnologias e Ciências (FTC)⁹, seguindo, a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)¹⁰, constituindo com 11 cursos de graduação e 6 de pós-graduação, foi criada em 2001. Outras instituições relevantes nesse âmbito devem ser consideradas, como a implementação, em 2006, do campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹¹, Anísio Teixeira, que conta, na atualidade com 5 cursos de graduação; o Instituto Federal da Bahia (IFBA)¹², contemplando dois cursos de graduação; por fim a mais recente, a Faculdade Santo Agostinho.

Depreende-se que a variedade de cursos de graduação e pós-graduação existentes na cidade, sejam eles públicos ou privados, contribuem para a melhoria da qualificação profissional na cidade e na região, embora saiba-se que o acesso ainda é restrito.

Assim, pode-se apreender que os serviços de saúde especializados e os serviços de educação superior, oferecidos pela rede pública e privada, em Vitória da Conquista, atendem tanto a população, no plano intraurbano, isto é as pessoas que residem em Vitória da Conquista, quanto no que concerne ao nível interurbano, ou seja, as pessoas advindas de vários municípios sejam nas esferas, regional ou estadual. Isso remete a afirmativa de que essa cidade se tornou exportadora, tanto de serviços de saúde como educação, transformando a dinâmica econômica da cidade, fazendo refletir na vida de seus habitantes, evidenciando, a predominância do setor de serviços. (Tabela 02).

Tabela 02
Vitória da Conquista - BA
Produto Interno Bruto, por setores econômicos, 1940-2006.

Setor Econômico	1940	1950	1960	1970	1980	1996	2000	2006
Serviços	38,86	55,12	69,44	77,39	70,45	82,90	71,55	81,99
Indústria	3,26	4,63	9,76	13,53	12,53	10,98	22,83	13,26
Agrícola	57,88	40,25	20,80	11,69	13,69	6,12	5,63	7,75
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPEA

Portanto diante do exposto, constata-se que Vitória da Conquista se constitui numa cidade média, haja vista os vários elementos de análise utilizados para tal verificação. Nesse âmbito, observa-se, atualmente, um novo mecanismo do processo de urbanização que impõe significativas transformações á cidade e ao urbano, um processo

⁹ Acesso em 17/10/2010. Disponível em www.portal.ftc.br

¹⁰ Acesso em 17/10/2010. Disponível em www.fainor.com.br

¹¹ Acesso em 17/10/2010. Disponível em www.ufba.br

¹² Acesso em 17/10/2010. Disponível em www.portal.ifba.edu.br

amplo, a reestruturação urbana e da cidade, fator que não se trata de discuti-lo neste trabalho, tendo em mente a perda do foco de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica claro que a expansão das cidades médias no território brasileiro associa-se diretamente ao processo de urbanização evidenciado, principalmente, em decorrência de ações que se configuram na articulação entre as políticas de reordenamento do território brasileiro, a partir da década de 1970, visando a descentralização econômica e o desinchaço populacional, presente, especialmente nas metrópoles, e os interesses presentes no espaço urbano das diversas cidades médias do país, atrelados aos capitais, imobiliários, comerciais, financeiro etc. Isso provocou profundas transformações no espaço intraurbano dessas cidades, fazendo com que o modo de produzi-las se modificasse e se subordinasse ainda mais aos interesses capitalistas.

Tendo em mente que cada cidade deve ser, em essência, analisada de forma particular, constituindo um espaço urbano único na rede urbana na qual se inserem, Vitória da Conquista se produz como cidade média, reproduzindo-se na escala regional como um grande entreposto comercial e de serviços, exercendo a característica de centro regional, polarizando mais de 40 municípios, abarcando não só seu território de identidade, mas o território de Itapetinga e o norte do Estado de Minas Gerais.

A compreensão de Vitória da Conquista como sendo uma cidade média, fornece subsídios para o entendimento de um processo marcante em cidades que tem no setor terciário sua principal característica econômica, a reestruturação urbana e da cidade, devendo ser analisada de forma integrada ao processo de urbanização, haja vista ele se constituir num mecanismo de transformação das cidades.

Nesse sentido, reforça-se a importância da cidade média de Vitória da Conquista e do papel que ela adquiriu para a reprodução e ampliação do sistema do capital, pois nesse espaço urbano produzido por lógicas contraditórias, essa cidade desvela problemas urbanos que acentuam a luta entre as classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAS, R. S. Serviços e Desenvolvimento em Vitória da Conquista/Ba. Disponível em: www.rondinaldo.blogspot.com/. Acesso em 15/10/2010.

CARLOS, Ana F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de *Cidade Média*. In: SPOSITO, M. E. B. (Org) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU – Uberlândia, MG, 2006. 240f.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. Tendências e problemas da urbanização de cidades médias: o caso de Montes Claros. In: **Anais II Simpósio regional de Geografia: perspectivas para o cerrado no século XXI**, Uberlândia/MG, 2003.

SANTOS, J. A reestruturação da cidade de Salvador: desigualdades e trama de interesses na lógica da centralidade urbana. In: **Anais do XII EGAL**, Montevidéu, 2009. v. 1. p. 01-15.

_____. Reestruturação urbana e reestruturação da cidade: o caso de Salvador. In: **Anais do X Colóquio Internacional Geocrítica**, UB, Barcelona. 2008.

_____. Urbanização e produção de cidades na Bahia: Reflexões sobre o processo de estruturação e reestruturação urbana. In: **Bahia Análise & Dados**, v. 19, p. 499-509, 2009

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**, 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993

SILVA, A. P. **A implantação do shopping Center Conquista Sul e a reestruturação do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA**, Monografia (Licenciatura Plena em Geografia)-UESB, Vitória da Conquista, 2007.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, M. E. B. (Org) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, M. e BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público e privado. ANDRADE, T e SERRA (orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 35-78